

AÇORES
no rumo da sustentabilidade



AVALIAÇÃO DE RISCO



GOVERNO DOS AÇORES
Vice-Presidência do Governo



UNIÃO EUROPEIA
Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional

AVALIAÇÃO DO RISCO

Elaboração

Açores DMO

Aprovação

Secretaria Regional da Energia, Ambiente e Turismo

Código

EC09_00RiskAssesement

Data aprovação

18/09/2019

Ref. Norma EarthCheck

Critério 5.2

1. ENQUADRAMENTO

O referencial de certificação "EarthCheck Destination", apresenta como um dos seus requisitos a elaboração de uma análise de risco, na qual: *"O destino deverá identificar o atual e/ou potencial nível de risco de situações, planeadas, acidentais ou de emergência, naturais ou antrópicas, relacionadas com o âmbito de atuação do destino"*.

Esta avaliação do risco deverá contemplar as seguintes áreas de desempenho:

1. Gestão, conservação e eficiência energética;
2. Emissões com efeito de estufa;
3. Qualidade do ar e controlo do ruído;
4. Gestão da água e respetivos recursos;
5. Gestão de águas residuais;
6. Gestão e conservação do ecossistema;
7. Gestão e uso do território;
8. Transportes;
9. Gestão dos resíduos sólidos;
10. Gestão de resíduos perigosos;
11. Gestão dos aspetos culturais e sociais;
12. Gestão dos aspetos económicos.

Assim, apresenta-se de seguida esta avaliação do risco para o Destino Açores, tendo em conta os pressupostos anteriores.

2. METODOLOGIA

No âmbito do presente relatório considera-se:

- a) Risco: efeito da incerteza do resultado das atividades desenvolvidas ou com influência na Região em aspetos ambientais, culturais, sociais e económicos;
- b) Aspeto: elemento presente cuja interação tem potencial impacto com o ambiente, atividades sociais e culturais ou com a economia da Região;
- c) Impacto: variação (positiva ou negativa) no ambiente resultante, total ou parcialmente, da influência dos aspetos.

Para a avaliação do Risco foi utilizada a seguinte metodologia:



A avaliação do risco foi efetuada tendo em consideração duas dimensões:

- A probabilidade;
- A severidade.

As tabelas 1 e 2 apresentam as várias categorias de probabilidade e severidade que foram utilizadas nesta análise de risco.

Tabela 1 – Definição dos Graus de Probabilidade

Categoria	Definição
1	Certa/acontece diariamente: O impacto é esperado com uma frequência diária
2	Provável/acontece semanalmente: O impacto é esperado na maioria dos casos.
3	Possível/acontece mensalmente: O impacto é esperado com uma frequência mensal.
4	Pouco provável/acontece anualmente: Impacto pode ocorrer mas não muito esperado. Pode ocorrer anualmente.
5	Raro: Impacto só ocorre em situações excecionais.

Tabela 2 - Definição dos Graus de Severidade

Categoria	Definição
1	Catastrófico: Danos generalizados e irreparáveis nas dimensões, ambiental, cultural, social ou económica; perda de vidas humanas ou efeitos prejudiciais e permanentes na saúde das pessoas; situação de emergência nacional.
2	Maior: Danos generalizados, com impacto de médio ou longo prazo; danos sérios na saúde das pessoas; situação de emergência regional; situação de violação de requisitos legais, grande perturbação nas operações correntes; reputação da Região em causa.
3	Médio: Impacto de médio ou longo prazo em área limitada; contribuição moderada para o aquecimento global; efeitos moderados na saúde com necessidade de cuidados médicos; acompanhamento pela comunicação social regional; violação de requisitos legais com aplicação de coimas.
4	Menor: Impacto de curto ou médio prazo em área limitada; contribuição reduzida para o aquecimento global; danos menores e reversíveis na saúde das pessoas com necessidade de primeiros socorros; impacto negativo na comunicação social regional; situações pontuais de violação de requisitos legais.
5	Impacto limitado a uma área determinada sem efeitos de longo prazo; preocupação ou queixas na vizinhança; sem impacto na saúde das pessoas; sem violação de requisitos legais, com algumas situações de não conformidade técnica.



Da conjugação das categorias acima identificadas é construída uma tabela de dupla entrada para a valorização final do risco, tal como se apresenta de seguida.

		SEVERIDADE				
		1	2	3	4	5
PROBABILIDADE	1	1	2	3	4	5
	2	2	4	6	8	10
	3	3	6	9	12	15
	4	4	8	12	16	20
	5	5	10	15	20	25

Avaliação
Severo
Extremo
Alto
Médio
Baixo

3. MATRIZ DE RISCO

ASPETO	POTENCIAL IMPACTO	PROBABILIDADE	SEVERIDADE	RISCO	MEDIDAS DE MITIGAÇÃO
Gestão, conservação e eficiência energética					
Impossibilidade de ligação a redes internacionais de produção de energia e consequente dependência da importação de combustíveis fósseis.	Consumo de combustíveis fósseis para a produção de energia com consequentes efeitos sobre os recursos naturais e poluição atmosférica.	2	5	10	Forte aposta na produção de energia com origem em fontes endógenas e consideradas renováveis. Apertado nível de controlo sobre as emissões atmosféricas do produtor. Políticas para o consumo responsável de energia, como por exemplo o sistema tarifário em vigor.
Crescimento do consumo, consequente do aumento do turismo na Região.	Consumo de combustíveis fósseis para a produção de energia com consequentes efeitos sobre os recursos naturais e poluição atmosférica.	2	5	10	Forte aposta na produção de energia com origem em fontes endógenas e consideradas renováveis. Apertado nível de controlo sobre as emissões atmosféricas do produtor. Políticas para o consumo responsável de energia, como por exemplo o sistema tarifário em vigor.
Emissões com efeito de estufa					
Aumento da produção de GEE, consequente do aumento do turismo na região.	Poluição atmosférica com consequências sobre as alterações climáticas.	3	5	15	Forte aposta na produção de energia com origem em fontes endógenas e consideradas renováveis. Apertado nível de controlo sobre as emissões atmosféricas do produtor. Políticas para o consumo responsável de energia, como por exemplo o sistema tarifário em vigor.
Rede de transportes coletivos insuficiente com consequente crescimento do número de automóveis ligeiros em circulação na Região.	Poluição atmosférica com consequências sobre as alterações climáticas.	1	5	5	Campanhas para a utilização de transportes públicos (transportes públicos acessíveis nos perímetros urbanos das maiores cidades). Instalação de uma rede de abastecimentos de veículos elétricos. Incrementar os veículos elétricos em circulação.



ASPETO	POTENCIAL IMPACTO	PROBABILIDADE	SEVERIDADE	RISCO	MEDIDAS DE MITIGAÇÃO
Emissões com efeito de estufa					
Aumento do ritmo/grau de aquecimento global e consequente alteração da temperatura e subida do nível das águas do mar, resultante do aumento da produção de GEE.	Alterações sobre os ecossistemas e a sua biodiversidade. Alterações nas rotas migratória de cetáceos e outros organismos marinhos. Alterações dos limites das áreas costeiras. Impacto sobre a vida das pessoas (social e económico).	3	3	9	Obras de proteção da orla costeira. Preservação de ecossistemas dunares e outros ecossistemas costeiros sensíveis. Limitações à recolha de inertes no mar e orla costeira. Impedir a realização de atividades que promovam a erosão da orla costeira. Implementação das medidas do PRAC.
Dimensão do sector agro pecuário.	Poluição atmosférica com consequências sobre as alterações climáticas.	2	5	10	Sem medidas.
Qualidade do ar, controlo do ruído e poluição luminosa					
Crescimento do ruído em áreas urbanas de maior dimensão, consequente do aumento do turismo na Região.	Decréscimo da qualidade de vida. Imagem negativa da Região nos registos das plataformas eletrónicas (reviews).	2	5	10	Controlo dos níveis de ruído (incomodidade). Controlo do licenciamento de infraestruturas ruidosas na malha urbana.
Crescimento do ruído em áreas de interesse paisagístico, consequente do aumento do turismo na Região.	Imagem negativa da Região nos registos das plataformas eletrónicas (reviews).	3	5	15	Compete às câmaras municipais estabelecer nos planos municipais de ordenamento do território, a classificação, a delimitação e a disciplina das zonas sensíveis, e dessa forma assegurar a qualidade do ambiente sonoro, promovendo a distribuição adequada dos usos do território, tendo em conta as fontes de ruído existentes e previstas.
Gestão da água e respetivos recursos					
Setor agropecuária na Região.	Poluição de águas superficiais e subterrâneas. Imagem negativa da Região nos registos das plataformas eletrónicas (reviews).	4	4	16	Delimitação de áreas de proteção dos aquíferos e águas superficiais. Sensibilização dos produtores primários para os efeitos negativos, nos recursos hídricos, da sua atividade, bem como as respetivas regras de conduta.



ASPETO	POTENCIAL IMPACTO	PROBABILIDADE	SEVERIDADE	RISCO	MEDIDAS DE MITIGAÇÃO
Gestão de águas residuais					
Pressão sobre o recurso nos meses de verão.	Indisponibilidade do recurso em todas as possíveis utilizações.	4	4	16	Gestão integrada das redes de abastecimento de água. Incremento da capacidade de armazenamento da água.
Atividade da Base Americana nas Lages.	Poluição inorgânica de aquíferos. Imagem negativa da Região nos registos das plataformas eletrónicas (reviews).	5	2	10	Negociação em curso com autoridades norte americanas para serem desencadeadas as medidas necessárias à minimização dos problemas.
Eventual aumento do consumo de água e do desperdício nos sistemas de fornecimento.	Redução da disponibilidade do recurso para consumo e possibilidade de ultrapassar os limites de capacidade de renovação dos lençóis \ fontes hídricas disponíveis para captação.	3	4	12	Fiscalização frequente dos circuitos de captação e transporte de água. Sensibilização para consumo controlado e redução do desperdício de água.
Ligação aos sistemas de tratamento de águas residuais existentes.	Poluição de águas superficiais e subterrâneas (incluindo as de consumo humano), com potenciais bactérias patogénicas. Imagem negativa da Região nos registos das plataformas eletrónicas (reviews).	2	4	8	Promover a ligação aos sistemas, sempre que possível.
Gestão e conservação do ecossistema					
Crescimento do número de visitantes na região.	Pressão sobre o ecossistema com possíveis repercussões na sua biodiversidade. Imagem negativa da Região nos registos das plataformas eletrónicas (reviews).	3	4	12	Medidas previstas nos instrumentos legais e regulamentares relativos ao ordenamento turístico na Região.
Crescimento do número de embarcações de recreio nas marinas e portos de recreio da Região e de navios de cruzeiro.	Derrames com consequente poluição do ecossistema marinho.	5	3	15	Mecanismos e equipamentos para controlo de derrames no mar. Risco controlado.
Desmatção de áreas florestais não autorizadas.	Alterações sobre o ecossistema.	4	4	16	Instrumentos legais que regulamentam a desmatção.



ASPETO	POTENCIAL IMPACTO	PROBABILIDADE	SEVERIDADE	RISCO	MEDIDAS DE MITIGAÇÃO
Gestão e conservação do ecossistema					
Incêndios florestais.	Alterações sobre o ecossistema. Destruição de biodiversidade. Resíduos. Impacto sobre a vida das pessoas (social e económico).	5	5	25	Vigilância das áreas florestais. Sensibilização sobre o uso de queimadas aos produtores florestais e aos agricultores.
Gestão e uso do território					
Alteração não autorizada do uso de solo.	Imagem negativa da Região nos registos das plataformas eletrónicas (reviews). Potenciais consequências ao nível de catástrofes naturais.	3	4	12	Instrumentos de planeamento territorial de âmbito regional e municipal. Licenciamento regulamentado e controlado. Realização de análises económicas de viabilidade e de estudos de impacto ambiental para os investimentos públicos e privados enquadrados.



ASPETO	POTENCIAL IMPACTO	PROBABILIDADE	SEVERIDADE	RISCO	MEDIDAS DE MITIGAÇÃO
Transportes					
Crescimento do número de visitantes na região.	Impacto indireto decorrente do aumento do volume de voos de e para a Região (poluição atmosférica), ampliado também pelo crescimento da oferta turística, em especial o alojamento.	1	4	4	Sem medidas, está dependente da capacidade dos aeroportos da Região.
Crescimento do número de visitantes na região, com consequente aumento do volume de transportes terrestres (ocasionais), nomeadamente com os viajantes de navios de cruzeiro, e de deslocações em rent a car.	Poluição atmosférica. Aumento dos níveis de ruído. Incremento do volume de trânsito.	3	3	9	Controlo do tráfego terrestre. Navios de cruzeiro em contraciclo. Implementação das capacidades de carga definidas no POTRAA. Incentivos fiscais e financeiros para a reconversão das frotas turísticas terrestres para veículos híbridos/elétricos.
Acidentes rodoviários, alguns provocados por desconhecimento das regras de trânsito de visitantes estrangeiros.	Perda de vidas humanas. Derrames.	3	3	9	Controlo do tráfego terrestre. Ações de sensibilização de Prevenção Rodoviária. Esclarecimento e informação aos visitantes das regras de trânsito.
Acidentes aéreos.	Perda de vidas humanas. Produção de resíduos. Derrames.	5	3	15	Regras e procedimentos de segurança nos aeroportos e aeronaves.
Acidentes com navios de cruzeiro, de passageiros e embarcações de recreio e marítimo turísticas.	Perda de vidas humanas. Produção de resíduos. Derrames.	4	3	12	Regras e procedimentos de segurança nos portos. Pilotagem de navios obrigatória nos portos dos Açores.
Gestão dos resíduos sólidos					
Crescimento do número de visitantes na região. Crescimento do volume de negócios do comércio.	Aumento da produção de resíduos sólidos. Imagem negativa da Região nos registos das plataformas eletrónicas (reviews).	3	4	12	Medidas e ações previstas Plano Estratégico de Prevenção e Gestão de Resíduos. Limpeza da orla costeira (PALMA). Monitorização do lixo marinho.



ASPECTO	POTENCIAL IMPACTO	PROBABILIDADE	SEVERIDADE	RISCO	MEDIDAS DE MITIGAÇÃO
Gestão dos resíduos perigosos					
Utilização incorreta de fitofarmacêuticos.	Lesões nos operadores.	4	5	20	Formação de qualificação dos operadores de fitofarmacêuticos.
Acidente em locais de armazenagem de resíduos e materiais perigosos.	Poluição generalizada. Imagem negativa da Região nos registos das plataformas eletrónicas (reviews).	5	2	10	Planos de emergência municipais e regionais. Realização de simulacros.
Gestão dos aspetos culturais e sociais					
Baixa escolaridade.	Falta de competência profissional. Imagem negativa da Região nos registos das plataformas eletrónicas (reviews).	2	3	6	Aposta na qualificação das pessoas. Programas ao nível do PO Açores 2020 para a qualificação das pessoas.
Baixa natalidade e saldo migratório negativo.	Perca de identidade cultural. Falta de mão-de-obra. Envelhecimento populacional.	4	3	12	Apoios à fixação de pessoas nas ilhas mais pequenas. Pacote salarial com discriminação positiva fiscal relativamente ao continente português. Apoio ao envelhecimento ativo e saudável.
Utilização excessiva de sítios, atrativos e monumentos.	Degradação do património. Imagem negativa da Região nos registos das plataformas eletrónicas (reviews).	3	3	9	Informação consistente e sistemática sobre regras e cuidados a ter na visita a sítios e monumentos. Controlo de acesso aos sítios, mantendo níveis de "ocupação" sustentáveis. Maior fiscalização da sua utilização.
Degradação (falta de manutenção) de património construído.	Degradação do património. Imagem negativa da Região nos registos das plataformas eletrónicas (reviews).	4	3	12	Programas de apoio à recuperação de património construído.
Tendência de "clonização" \ cópia de costumes locais mais mediatizados.	Redução da diversidade e perda da identidade cultural histórica das várias comunidades.	3	3	9	Sensibilização para a manutenção da diversidade e identidade cultural histórica característica de cada comunidade e sua valorização enquanto fator distintivo potencialmente atrativo.
Limitações à assistência hospitalar em todas as ilhas.	Danos na saúde das pessoas no limite com perda de vidas humanas. Imagem negativa da Região nos registos das plataformas eletrónicas (reviews).	2	3	6	Transporte de emergência inter-ilhas assegurado pela Força Aérea Portuguesa. Aumento da capacidade de resposta a situações de emergência médica.



ASPECTO	POTENCIAL IMPACTO	PROBABILIDADE	SEVERIDADE	RISCO	MEDIDAS DE MITIGAÇÃO
Gestão dos aspetos económicos					
Aquisição de empresas regionais por grandes grupos nacionais e multinacionais.	Perda de identidade. Desvalorização de produtos regionais. Imagem negativa da região ("não lugar").	4	3	12	Produtos "Marca Açores". Programas de apoio ao investidor local.
Aumento do risco de surgimento de imitações e contrafações de produtos regionais originais com sucesso comercial.	Redução da individualidade e perda da identidade dos produtos regionais genuínos. Redução da qualidade própria e desvalorização económica dos produtos regionais. Imagem negativa dos produtos regionais.	3	3	9	Incentivos e apoios financeiros ao estabelecimento de patentes. Proteção e incentivos à produção dos produtos genuínos e estabelecimento de Direitos de Propriedade Industrial. Fiscalização económica mais focada.
Condições meteorológicas.	Falta de bens essenciais por falta de transporte. Cancelamento de voos. Impossibilidade de realização de atividades. Imagem negativa da Região nos registos das plataformas eletrónicas (reviews).	4	3	12	Avisos meteorológicos.
Sazonalidade do turismo.	Redução da rentabilidade dos negócios. Incremento dos contratos de trabalho de curta duração.	1	4	4	Reforço da promoção na época baixa. Aposta em segmentos de mercados e produtos com maior propensão para gerar procura turística na época baixa.

4. RESPOSTA A SITUAÇÕES DE EMERGÊNCIA

O Serviço Regional de Proteção Civil e Bombeiros dos Açores (SRPCBA) é o departamento que depende da Secretaria Regional da Saúde e que tem como atribuições orientar, coordenar e fiscalizar, a nível da Região Autónoma dos Açores, as atividades de Proteção Civil e dos Corpos de Bombeiros, bem como assegurar o funcionamento de um sistema de transporte terrestre de emergência médica, de forma a garantir, aos sinistrados ou vítimas de doença súbita, a pronta e correta prestação de cuidados de saúde (<https://www.prociv.azores.gov.pt>).

São agentes de proteção civil, de acordo com as suas atribuições próprias:

1. Os corpos de bombeiros;
2. As forças de segurança;
3. As Forças Armadas;
4. As autoridades marítima e aeronáutica;
5. O INEM e demais serviços de saúde;
6. Os sapadores florestais.

O SRPCBA organiza-se em quatro divisões cada uma delas com as seguintes competências:

1. **Prevenção, Formação e Sensibilização** a quem compete, entre outras competências, promover, assegurar e apoiar a prevenção/sensibilização em matéria de Proteção Civil junto de todos os cidadãos; assegurar a formação dos elementos dos corpos de bombeiros nas áreas de emergência pré-hospitalar, incêndio e socorro, planeamento e operações.

Mais informações em:

<https://www.prociv.azores.gov.pt/sensibilizacao/>

<https://www.prociv.azores.gov.pt/formacao/>

2. **Planeamento, Operações e Avaliação de Riscos**, tem como missão, assegurar o planeamento e a direção das operações do Serviço, a coordenação dos meios a empenhar e a adequação das medidas de carácter excecional a adotar na iminência ou na ocorrência de acidente grave ou catástrofe. Nesta divisão está integrado igualmente o Centro de Operações de Emergência, estrutura operacional do SRPCBA, que contempla, entre outras, a Sala de Atendimento e Gestão de Emergências onde são atendidas, triadas e acompanhadas todas as chamadas de socorro da RAA. Assegura o atendimento

do número **Europeu de Emergência (112)**, **Linha de Emergência Médica** e outras situações de emergência que coloquem em risco, direta ou indiretamente a população.

Mais informações em:

<https://www.prociv.azores.gov.pt/operacoes/>

<https://www.prociv.azores.gov.pt/emergencia-medica/>

3. **Inspeção de Bombeiros**, para além das competências que lhe estão atribuídas através da orgânica do Serviço Regional de Proteção Civil e Bombeiros dos Açores, tem como principal objetivo, garantir a ligação técnica e operacional entre a tutela e todos os Corpos de Bombeiros da Região, potenciando ao máximo o investimento público e a dedicação, profissionalismo e competência dos Bombeiros, garantindo o seu reconhecimento e segurança de forma ativa e permanente.

Mais informações em:

<https://www.prociv.azores.gov.pt/bombeiros/>

4. **Segurança Contra Incêndios**, esta divisão detém como principal competência assegurar o cumprimento dos regulamentos de segurança contra incêndio nos edifícios dos Açores.

Mais informações em:

<https://www.prociv.azores.gov.pt/seguranca/>

O SRPCBA conta com um Centro de Formação que é um espaço de treino e formação teórico/prática, com aproximadamente 5 hectares e que comporta um conjunto diversificado de infraestruturas que permitem o treino prático de operacionais dos Corpos de Bombeiros, num vasto leque de cenários representativos da realidade existente na Região Autónoma dos Açores, permitindo também a formação e treino de operacionais e colaboradores de outras entidades regionais. Este centro de formação detém valências de treino técnico especializado, ao nível da emergência pré-hospitalar, do combate a incêndios estruturais, do combate a incêndios industriais, de intervenção em salvamento e desencarceramento rodoviário, de salvamento em altura, de salvamento em espaços confinados e intervenção em catástrofe.

Assistência hospitalar na Região:

- Existência de Unidades Básicas de Urgência em todas as ilhas.
- Serviço SIV em 4 ilhas (São Miguel, Terceira, Faial e Pico).
- Serviços de urgência nos 3 Hospitais da RAA, nas 3 ilhas com maior densidade populacional (São Miguel, Terceira e Faial).



- Transporte de emergência inter-ilhas e para o exterior.
- Linha de Emergência Médica.
- Linha de Saúde Açores.



ANEXO

**Análise de riscos retirado do Plano Regional de Emergência de Proteção Civil dos Açores
aprovado pela Resolução do Conselho do Governo nº 55/2019 de 16 de abril de 2019**

3. TIPIFICAÇÃO DOS RISCOS

O presente plano pretende dar resposta aos riscos com potencial para afetar a RAA.

Os riscos considerados são os seguintes:

Riscos Naturais	Sismos
	Atividade Vulcânica
	Cheias e Inundações
	Galgamentos Costeiros
	Movimentos de Vertentes
	Ciclones, Tempestades e Furacões
	Erosão Costeira
	Tsunamis
	Colapso de cavidades subterrâneas naturais
Riscos Tecnológicos	Acidentes Marítimos
	Acidentes Aéreos
	Transporte terrestre de mercadorias perigosas
	Acidentes Industriais
	Incêndios Urbanos
Riscos Mistos	Acidentes de poluição
	Incêndios Florestais

A avaliação do risco foi efetuada considerando a probabilidade de ocorrência e gravidade.

A probabilidade de ocorrência é definida com base no histórico do risco em análise, podendo a probabilidade ser elevada, média-alta, média, média-baixa e baixa.

Em relação a alguns dos riscos, nomeadamente tecnológicos, não se atribuiu grau por se considerar a probabilidade de ocorrência residual.

GRAU DE PROBABILIDADE	PROBABILIDADE ANUAL	PERÍODO DE RETORNO (ANOS)
Elevado	≥ 0.2	≤ 5
Médio-alto	0.05 - 0.2	]5 - 20]
Médio	0.02 - 0.05	]20 - 50]
Médio-baixo	0.005 a 0.02	]50 - 200]
Baixo	< 0.005	> 200

Para definir o grau de gravidade considera-se, com base no histórico de ocorrências, o evento com maior probabilidade ou a ocorrência mais grave, definindo-se os danos expectáveis da mesma sobre a população, o ambiente, a economia e sociedade, podendo a gravidade ser classificada como residual, reduzida, moderada, acentuada ou crítica.

GRAVIDADE	IMPACTO	DESCRIÇÃO
RESIDUAL	População	Não há feridos nem vítimas mortais. Não há retirada de pessoas ou apenas de um número restrito, por um período curto (até 12 horas). Pouco pessoal de apoio necessário. Danos sem significado.
	Ambiente	Não há impacto ambiental.
	Socioeconómico	Não há ou há nível reduzido de constrangimentos na comunidade. Não há perda financeira.
REDUZIDA	População	Pequeno número de feridos, mas sem vítimas mortais. Algumas hospitalizações. Retirada de pessoas por um período inferior a 24 horas. Algum pessoal de apoio e reforço necessário. Alguns danos.
	Ambiente	Pequeno impacto ambiental, sem efeitos duradouros.
	Socioeconómico	Disrupção (inferior a 24 horas). Pequena perda financeira.
MODERADA	População	Número moderado de vítimas. Tratamento médico necessário, mas sem vítimas mortais.

		Algumas hospitalizações. Retirada de pessoas por um período de 24 horas. Algum pessoal técnico necessário.
	Ambiente	Impacto ambiental sem efeitos duradouros.
	Socioeconómico	Alguma disrupção na comunidade (inferior a 48 horas). Alguma perda financeira.
ACENTUADA	População	Acentuado número de vítimas. Número elevado de retirada de pessoas por um período superior a 24 horas. Vítimas mortais. Recursos externos exigidos para suporte ao pessoal de apoio. Danos significativos que exigem recursos externos.
	Ambiente	Alguns impactos ambientais com efeitos a longo prazo.
	Socioeconómico	Funcionamento parcial da comunidade com alguns serviços indisponíveis. Perda significativa.
CRÍTICA	População	Número muito acentuado de vítimas. Retirada em grande escala de pessoas por uma duração longa. Significativo número de vítimas mortais. Pessoal de apoio e reforço necessário.
	Ambiente	Impacto ambiental significativo com danos permanentes.
	Socioeconómico	A comunidade deixa de conseguir funcionar sem suporte significativo.

Atribui-se um grau de risco, em função dos respetivos graus de probabilidade e de gravidade, de acordo com a seguinte matriz de risco:

GRAUS DE RISCO

REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES		GRAU DE GRAVIDADE				
		Residual	Reduzido	Moderado	Acentuado	Crítico
GRAU DE PROBABILIDADE	Elevado	G1	R1		Acidente Aéreo TS	
	Médio-alto		G2	R2		H1 H2
	Médio		G3		R3	H3
	Médio-baixo			G4		H4 R4
	Baixo				G5	H5 R5

Risco baixo
 Risco moderado
 Risco elevado
 Risco extremo

NOTA: embora os Incêndios Florestais não tenham expressão na RAA, que permitam ser incluídos no quadro anterior, deverão ser considerados como risco potencial ao qual devemos dedicar uma especial atenção, devido às alterações climáticas.

LEGENDA:

Ciclones tropicais: (Escala de Saffir-Simpson):	Vento máximo diário (km/h):	Precipitação diária (mm):
TS: Tempestade tropical	G1: 127-145	R1: 99-134
H1: Categoria 1	G2: 146- 161	R2: 135-165
H2: Categoria 2	G3: 162-179	R3: 166-201
H3: Categoria 3	G4: 180-198	R4: 202-237
H4: Categoria 4	G5: >= 199	R5: >= 238
H5: Categoria 5		

Para a caracterização dos riscos naturais, nomeadamente sismos, movimentos de vertente, teletsunamis, tsunamis regionais, tsunamis locais, piroclastos de queda, fluxos piroclásticos, escoadas lávicas, gases vulcânicos, emissões gasosas permanentes e cheias, optou-se por efetuar uma análise por ilha, tendo em conta os

diferentes contextos geológicos, geodinâmicos e geomorfológicos, por se entender demasiado generalista efetuar este tipo de análise à escala regional. Neste sentido, apresentam-se as seguintes matrizes de risco:

ILHA DE SANTA MARIA		GRAU DE GRAVIDADE				
		Residual	Reduzido	Moderado	Acentuado	Crítico
GRAU DE PROBABILIDADE	Elevado					
	Médio-alto		Movimentos de vertente			
	Médio					
	Médio-baixo				Piroclastos de queda Sismos	
	Baixo	Tsunamis regionais			Teletsunamis	

ILHA DE SÃO MIGUEL		GRAU DE GRAVIDADE				
		Residual	Reduzido	Moderado	Acentuado	Crítico
GRAU DE PROBABILIDADE	Elevado				Movimentos de vertente	Emanações gasosas permanentes
	Médio-alto					
	Médio				Cheias	Sismos
	Médio-baixo				Gases vulcânicos	Escoradas lávicas Piroclastos de queda
	Baixo	Tsunamis regionais			Teletsunamis	Fluxos piroclásticos

ILHA TERCEIRA		GRAU DE GRAVIDADE				
		Residual	Reduzido	Moderado	Acentuado	Crítico
GRAU DE PROBABILIDADE	Elevado					Emanações gasosas permanentes
	Médio-alto		Movimentos de vertente		Cheias	
	Médio					Sismos
	Médio-baixo				Gases vulcânicos	Escoadas lávicas Piroclastos de queda
	Baixo	Tsunamis locais			Teletsunamis	

ILHA DE SÃO JORGE		GRAU DE GRAVIDADE				
		Residual	Reduzido	Moderado	Acentuado	Crítico
GRAU DE PROBABILIDADE	Elevado					
	Médio-alto				Movimentos de vertente	
	Médio					Sismos
	Médio-baixo	Tsunamis				
	Baixo				Gases vulcânicos Teletsunamis	Escoadas lávicas Piroclastos de queda Fluxos piroclásticos

ILHA GRACIOSA		GRAU DE GRAVIDADE				
		Residual	Reduzido	Moderado	Acentuado	Crítico
GRAU DE PROBABILIDADE	Elevado				Emanações gasosas permanentes	
	Médio-alto		Movimentos de vertente			
	Médio					
	Médio-baixo				Sismos	
	Baixo	Tsunamis locais			Gases vulcânicos Teletsunamis	Escoadas lávicas Piroclastos de queda Fluxos piroclásticos

ILHA DO PICO		GRAU DE GRAVIDADE				
		Residual	Reduzido	Moderado	Acentuado	Crítico
GRAU DE PROBABILIDADE	Elevado				Emanações gasosas permanentes	
	Médio-alto			Movimentos de vertente Cheias		
	Médio				Sismos Gases vulcânicos	Escoadas lávicas Piroclastos de queda
	Médio-baixo					
	Baixo				Teletsunamis	Fluxos piroclásticos

ILHA DO FAIAL		GRAU DE GRAVIDADE				
		Residual	Reduzido	Moderado	Acentuado	Crítico
GRAU DE PROBABILIDADE	Elevado				Emanações gasosas permanentes	
	Médio-alto					
	Médio			Cheias	Movimentos de vertente	
	Médio-baixo				Gases vulcânicos	Sismos Piroclastos de queda
	Baixo	Tsunamis locais			Teletsunamis	Escoadas lávicas Escoadas piroclásticas

ILHA DAS FLORES		GRAU DE GRAVIDADE				
		Residual	Reduzido	Moderado	Acentuado	Crítico
GRAU DE PROBABILIDADE	Elevado					
	Médio-alto				Movimentos de vertente	
	Médio			Cheias		
	Médio-baixo				Tsunamis regionais	
	Baixo	Sismos		Teletsunamis	Gases vulcânicos	Escoadas lávicas Piroclastos de queda Fluxos piroclásticos

ILHA DO CORVO		GRAU DE GRAVIDADE				
		Residual	Reduzido	Moderado	Acentuado	Crítico
GRAU DE PROBABILIDADE	Elevado					
	Médio-alto					
	Médio		Movimentos de vertente			
	Médio-baixo					
	Baixo	Sismos		Teletsunamis	Gases vulcânicos Tsunamis regionais	Escoadas lávicas Piroclastos de queda



AÇORES
no rumo da sustentabilidade



AVALIAÇÃO
DE RISCO